

Pontes de Miranda

TRATADO DAS AÇÕES

Tomo VI
Ações mandamentais

Atualizado por
Nelson Nery Junior
Georges Abboud

THOMSON REUTERS
**REVISTA DOS
TRIBUNAIS™**

Diretora Responsável

MARISA HARMS

Diretora de Operações de Conteúdo

JULIANA MAYUMI O. ONO

Editores: Andréia Regina Schneider Nunes, Cristiane Gonzalez Basile de Faria, Diego Garcia Mendonça, Iviê A. M. Loureiro Gomes e Luciana Felix

Assistente Administrativo Editorial: Juliana Camilo Menezes

Produção Editorial

Coordenação

DANIEL CESAR LEAL DIAS DE CARVALHO

Analistas Editoriais: Aline Almeida da Silva, André Furtado de Oliveira, Damares Regina Felício, Danielle Rondon Castro de Moraes, Flávia Campos Marcelino Martines, Gabriele Lais Sant'Anna dos Santos, George Silva Melo, Maria Eduarda Silva Rocha, Maurício Zednik Cassim e Thiago César Gonçalves de Souza

Qualidade Editorial e Revisão

Coordenação

LUCIANA VAZ CAMEIRA

Analistas de Qualidade Editorial: Carina Xavier Silva, Cinthia Santos Galarza, Daniela Medeiros Gonçalves Melo, Daniele de Andrade Vintecino e Maria Angélica Leite

Capa: Chrisley Figueiredo

Administrativo e Produção Gráfica

Coordenação

CAIO HENRIQUE ANDRADE

Analista Administrativo: Antonia Pereira

Assistente Administrativo: Francisca Lucélia Carvalho de Sena

Analista de Produção Gráfica: Rafael da Costa Brito

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Miranda, Pontes de

Tratados das ações : ações mandamentais : tomo VI/Pontes de Miranda.
– 1. ed. atual. por Nelson Nery Junior, Georges Abboud. – São Paulo : Editora Revista dos Tribunais, 2016.

Bibliografia.

ISBN 978-85-203-6657-8

ISBN 978-85-203-6667-7 (obra completa)

1. Processo civil 2. Processo civil – Brasil I. Nery Junior, Nelson. II. Abboud, Georges. III. Título.

16-01007

CDU-347.9(81)

Índices para catálogo sistemático: 1. Brasil : Processo civil 347.9(81)

TÁBUA SISTEMÁTICA DAS MATÉRIAS

PARTE I

AÇÕES MANDAMENTAIS EM GERAL

CAPÍTULO ÚNICO

CONCEITO E NATUREZA DA AÇÃO MANDAMENTAL

§ 1.	CONCEITO E ESPÉCIES DA AÇÃO MANDAMENTAL.....	37
	1. Conceito da ação mandamental. 2. Ação mandamental típica	
§ 2.	EFICÁCIA MANDAMENTAL.....	42
	1. Eficácia mandamental imediata. 2. Eficácia mandamental mediata. 3. Eficácia imediata e mediata nas ações mandamentais. 4. Ação de caução “embutida” em ação cominatória	
§ 3.	CONCEPÇÃO E CLASSIFICAÇÃO DA AÇÃO MANDAMENTAL.....	46
	1. Início da investigação. 2. Pressupostos da ação mandamental	

PARTE II

AÇÕES MANDAMENTAIS ESPECIAIS

CAPÍTULO I

AÇÃO DE *HABEAS-CORPUS*

§ 4.	PRECISÕES CONCEPTUAIS.....	53
	1. Ação mandamental. 2. Habeas-corpis e sua história. 3. Liberdade física. 4. Dados históricos	
§ 5.	PRESSUPOSTOS DA AÇÃO	76
	1. Legitimação ativa. 2. Transgressões disciplinares. 3. Estado de sítio e estado de guerra. 4. Ação de habeas-corpis e recurso pendente. 5. Ilegalidade da coação. 6. Abuso do poder	

§ 6. CLASSIFICAÇÃO DA AÇÃO DE <i>HABEAS-CORPUS</i>	90
1. Natureza e eficácia da sentença sobre pedido de <i>habeas-corporis</i> . 2. Eficácia imediata e mediata. 3. Processo	

CAPÍTULO II

MANDADO DE SEGURANÇA

§ 7. CONCEITO E FATOS HISTÓRICOS.....	97
1. Mandado de segurança e mandado de <i>habeas-corporis</i> . 2. Evolução da técnica legislativa. 3. Dados históricos. 4. Justiça, erro e ensejo de correção. 5. Pretensão mandamental e pretensão-conteúdo	
§ 8. NATUREZA E EFICÁCIA DA AÇÃO DE MANDADO DE SEGURANÇA	111
1. Ação e sentença. 2. Autoridade pública ofensora ou ameaçante. 3. Certeza e liquidez do direito. 4. Questão de contrariedade à Constituição federal ou à Constituição estadual, a direito material e a direito formal. 5. Irrecorribilidade e incorregibilidade. 6. Legitimação passiva.	
§ 9. ATOS ATACÁVEIS	147
1. Atos administrativos revogáveis ou reconsideráveis. 2. Prazo preclusivo. 3. Direito intertemporal	

CAPÍTULO III

AÇÕES POSSESSÓRIAS MANDAMENTAIS

§ 10. CONCEITOS E PRECISÕES.....	169
1. Posse, poder fático. 2. Posse de coisas incorpóreas	
§ 11. ESPÉCIES DE POSSE	185
1. Posse imediata e posse mediata. 2. Pluralidade possível de posses mediatas. 3. Unicidade da posse imediata. 4. Medidas constritivas. 5. Posse e limites. 6. Enfitese e posse. 7. Ação possessória contra o senhorio	
§ 12. AÇÃO DE MANUTENÇÃO.....	195
1. Proteção interdita. 2. “ <i>Interdicta retinendae possessionis</i> ”. 3. Reintegração, recuperação. 4. Forma do processo	
§ 13. INTERDITOS E OUTRAS MEDIDAS	209
1. Ações interdita. 2. Elementos eficaciais. 3. Legitimação ativa. 4. Legitimação passiva. 5. Posse, pré-contrato e contrato. 6. Ação de esbulho contra terceiro. 7. Servidor da posse, legitimado passivo. 8. Compose e defesa. 9. Postulação e prova. 10. Fato do réu. 11. Data	

da ofensa. 12. Só se mantém, segundo os princípios, quem tem posse. 13. Justificação prévia. 14. Se há duplicidade da ação de manutenção; “actio duplex”. 15. Alegação de domínio. 16. Dúvida sobre a posse, não quanto ao domínio

CAPÍTULO IV

INTERDITO PROIBITÓRIO

§ 14. ORIGENS E OUTROS DADOS.....	243
1. Interdito proibitório, origens. 2. Posse e interdito proibitório. 3. Ação de força iminente. 4. Pressupostos. 5. Infração do preceito	
§ 15. PROCEDIMENTO	252
1. Mandado de manutenção, eventual. 2. Autuação e mandado. 3. Contestação. 4. Curso ordinário	

CAPÍTULO V

AÇÃO DE SEQÜESTRO COM A DESTITUIÇÃO DE INVENTARIANTE

§ 16. PRESSUPOSTOS DA AÇÃO	255
1. Pedido de destituição de inventariante. 2. Causas da remoção. 3. Sentença de remoção de inventariante e seqüestro da herança	

CAPÍTULO VI

AÇÃO DE EXTINÇÃO DE USUFRUTO OU FIDEICOMISSO SEM CULPA DO TITULAR

§ 17. CONCEITO E EFICÁCIA.....	261
1. Usufruto. 2. Fideicomisso. 3. Extinção de usufruto e de fideicomisso. 4. Competência para a ação de extinção de usufruto e de fideicomisso	

CAPÍTULO VII

EMBARGOS DE TERCEIRO

§ 18. CONCEITO E NATUREZA.....	265
1. Terceiro e embargos de terceiro. 2. Elemento preponderante da ação. 3. Outras ações que tocam ao terceiro	
§ 19. EMBARGOS DE TERCEIRO E OUTROS INSTITUTOS	277
1. Embargos de terceiro, oposição de terceiro e recurso de terceiro. 2. Pendência de ação executiva	

§ 20. PRESSUPOSTOS DA AÇÃO DE EMBARGOS DE TERCEIRO	280
<ul style="list-style-type: none"> 1. Mandamentalidade dos embargos de terceiro. 2. Legitimação ativa do terceiro. 3. Ato processual contra o qual se embarga. 4. Embargos de terceiro contra atos de jurisdição voluntária. 5. Divergência entre a decisão na ação e a decisão dos embargos de terceiro. 6. Posse ou direito. 7. Ação de embargos e remédio jurídico possessório. 8. Créditos ainda não vencidos e execução embargável. 9. Legitimação processual passiva. 10. Embargos de terceiro e ação possessória. 11. Comunhão “pro indiviso” e embargos de terceiro. 12. Ações incluídas nos embargos de terceiro. 13. Litigiosidade de coisa e embargos de terceiro. 14. Terceiro credor do executado. 15. Interesse e motivação. 16. Embargos de terceiro e seqüestro 	
§ 21. TEMPO PARA A PROPOSITURA	325
<ul style="list-style-type: none"> 1. Tempo em que se opõem os embargos. 2. Processo em autos distintos e reunião dos autos. 3. Recebimento ou desprezo “in limine”. 4. Efeito de suspensão da execução. 5. Suspensão parcial e não-suspensão. 6. Nulidades do processo principal. 7. Partes na ação e embargante. 8. Alienação de bem em fraude. 9. Prazo e oposição a qualquer tempo. 10. Suspensão do procedimento e decisão do juiz. 11. Recurso pendente de terceiro e oposição de embargos de terceiro. 12. Sentença final 	
§ 22. PROCEDIMENTO	338
<ul style="list-style-type: none"> 1. Mandado de entrega, dito mandado de manutenção. 2. Restituição de bens e frutos. 3. Provas na primeira fase do processo. 4. Contestação dos embargos de terceiro. 5. Foro do juízo constritor 	
§ 23. EFICÁCIA SENTENCIAL.....	351
<ul style="list-style-type: none"> 1. Natureza da sentença nos embargos de terceiro. 2. Elemento declarativo da sentença. 3. Intervenção pelo réu da ação principal. 4. Conteúdo da ação de embargos de terceiro 	

CAPÍTULO VIII

AÇÃO DE MODIFICAÇÃO

§ 24. CONCEITO E NATUREZA.....	357
<ul style="list-style-type: none"> 1. Preliminares. 2. Conceito de ação de modificação. 3. Natureza da ação de modificação 	
§ 25. EFICÁCIA DA AÇÃO DE MODIFICAÇÃO	364
<ul style="list-style-type: none"> 1. Preliminares sobre a eficácia da sentença. 2. Quando se pode propor a ação de modificação. 3. Ação mandamental de modificação 	

CAPÍTULO IX
ALGUMAS AÇÕES MANDAMENTAIS

§ 26.	PRECISÕES QUANTO A ESPÉCIES	369
	1. Em caso de arrecadação. 2. Ação de reservas de bens. 3. Ação de extinção. 4. Ação de habilitação de herdeiros. 5. Registro civil e ações. 6. Extinção de fundações. 7. Outras ações. 8. Ação de embargos do devedor. Tabela I – Ações mandamentais. Tabela II – Ações de eficácia mandamental imediata. Tabela III – Ações de eficácia mandamental mediata	

PARTE III
AÇÕES CAUTELARES MANDAMENTAIS E
OUTRAS MEDIDAS CAUTELARES

CAPÍTULO I
AÇÕES CAUTELARES EM GERAL

§ 27.	PRETENSÕES E AÇÕES DE MEDIDAS CAUTELARES.....	389
	1. Conceitos e classificação. Tabela IV – Classificação das ações cautelares. 2. Pretensão à tutela jurídica cautelar. 3. Princiologia quanto às ações sobre medidas cautelares. 4. Medidas especiais de segurança. 5. Ações mandamentais ou só de eficácia mandamental secundária	
§ 28.	PRESSUPOSTOS E EFICÁCIA DAS AÇÕES DE MEDIDAS CAUTELARES 410	
	1. Sistema jurídico, ação e eficácia. 2. Pesos de eficácia das sentenças nas ações cautelares. 3. “Ne iudex procedat ex officio”. 4. Rixa ou violência entre os litigantes. 5. Atos nocíveis. 6. Coisa ou documento em poder da outra parte. 7. Superveniência de certos fatos e necessidade de se manter o “status quo”. 8. Medida cautelar e preparatoriedade. 9. Ineficácia relativa de atos de alienação e de gravame. 10. Posse e medidas de constrição cautelares	
§ 29.	ESPÉCIES DE AÇÕES DE MEDIDAS CAUTELARES.....	423
	1. Força das sentenças nas ações de medidas cautelares. 2. Tentativas de fixação de força sentencial. 3. Exemplificatividade da enumeração. Tabela V – Ações cautelares	

CAPÍTULO II AÇÕES CAUTELARES MANDAMENTAIS

I. ARRESTO

§ 30. CONCEITO E DADOS HISTÓRICOS.....	437
1. Dados históricos. 2. Origem da palavra “arresto”. 3. Elementos comuns e diferenciais entre o “arresto” e o “seqüestro”. 4. Atos dispositivos ineficazes	
§ 31. PRESSUPOSTOS DO ARRESTO	454
1. Arresto, pressupostos. 2. Título da dívida. 3. Arrestabilidade e inarrestabilidade	
§ 32. EFICÁCIA SENTENCIAL.....	460
1. Preponderância da eficácia. 2. Prescrição	

II. AÇÃO DE SEQÜESTRO

§ 33. CONCEITO E ESPÉCIES	463
1. Conceito. 2. Espécies de sequestro. 3. Eficácia sentencial	

III. BUSCA-E-APREENSÃO

§ 34. CONCEITO E ESPÉCIES	476
1. Conceito. 2. Espécies. 3. Competência judicial e natureza da decisão. 4. Eficácia sentencial	

IV. DEPÓSITO DE MENORES E INCAPAZES

§ 35. CONCEITO E ESPÉCIES	481
1. Lide entre cônjuges e depósito de menores e incapazes. 2. Oposição a casamento de incapaz. 3. Maus tratos e depósito cautelar. 4. Falta de pais, tutor ou curador, e depósito cautelar de incapazes	
§ 36. AÇÃO E SENTENÇA	483
1. Eficácia sentencial. 2. Ação mandamental	

V. AÇÃO DE POSSE EM NOME DO NASCITURO

§ 37. NATUREZA E PRESSUPOSTOS DA AÇÃO	484
1. Nascituro e direitos. 2. Salvaguarda dos direitos do nascituro. 3. Teorias. 4. Vir a ser e personalidade. 5. Afastamento do conceito de condição. 6. Dificuldades doutrinárias. 7. Viabilidade. 8. Saisina e posse. 9. Nascimento e cessação de eficácia	
§ 38. AÇÃO E PROCEDIMENTO	494
1. Interesse do nascituro. 2. Herdeiros e outros interessados. 3. Provas. 4. Fatos apreciados pela sentença. 5. Natureza da sentença. 6. Posse de administração.	

VI. AÇÃO DE ATENTADO

§ 39. CONCEITO E ESPÉCIES DE ATOS DE ATENTADO	498
1. Conceito de atentado. 2. Espécies de atentado. 3. Citação e atos processuais subseqüentes. 4. Atentado e causas para ação. 5. Pressupostos objetivos da ação de atentado. 6. Litispendência. 7. Terceiro e atentado. 8. Atentado e julgamento	
§ 40. LEGITIMAÇÃO ATIVA E PASSIVA	507
1. Legitimação processual ativa. 2. Legitimação processual passiva. 3. “Status litis” e atentado	
§ 41. EFICÁCIA DA AÇÃO E DA SENTENÇA	511
1. Finalidade da ação de atentado. 2. Eficácia da propositura da ação de atentado. 3. Sentença na ação de atentado. 4. Após a “conclusio in causa” e na via recursal. 5. “Ratio legis” da regra jurídica sobre competência para a ação incidental. 6. Autuação. 7. Juízo ou juiz? 8. Defesa do acusado. 9. Sentença de reconhecimento do atentado e força mandamental. 10. Purgação do atentado. 11. Recurso e eficácia. 12. Restituibilidade da audiência ao demandado, se julgada improcedente a ação de atentado. 13. Atentante vencedor na ação principal	
§ 42. MULTAS E PERDAS E DANOS	521
1. Multas e perdas e danos. 2. Enunciado de dever. 3. Procedimento	

CAPÍTULO III

AÇÕES CAUTELARES CONSTITUTIVAS

I. AÇÃO DE SEPARAÇÃO DE CORPOS

§ 43. PRESSUPOSTOS DA AÇÃO	525
1. Separação preparatória de corpos. 2. Extensão da separação de corpos. 3. Separação de corpos e “sequestratio”. 4. Pressupostos e procedimento.	

II. DEPÓSITO CAUTELAR DE PESSOA

§ 44. PRECISÕES	530
1. Conceito e natureza. 2. Eficácia sentencial	

III. AÇÃO DE VISTORIAS, ARBITRAMENTOS E INQUIRIÇÕES CAUTELARES

§ 45. DIVERSAS ESPÉCIES	531
1. Pretensão à segurança da prova: vistorias, arbitramentos e inquirições cautelares. 2. Interesse na ação	

§ 46. EFICÁCIA SENTENCIAL.....	532
1. Eficácia das ações. 2. Problemas de ligação de ações. 3. Espécies de segurança da prova	

IV. AÇÃO DE EXIBIÇÃO DE COISA, LIVRO OU DOCUMENTO

§ 47. NATUREZA DA PRETENSÃO	539
1. Pretensão à exibição e ação cautelar de exibição. 2. Pretensão a que se exhiba. 3. Eficácia sentencial	

V. AÇÃO DE CAUÇÃO CAUTELAR

§ 48. NATUREZA E EFICÁCIA.....	550
1. Caução medida cautelar. 2. Caução de dano infecto. 3. Prevenção de medida preventiva. 4. Caução e caução necessária. 5. Fazenda Pública. 6. Escolha da caução	

§ 49. PROCEDIMENTO E MEDIDAS.....	555
1. Processo da ação de caução não-cautelar. 2. Valor e espécie. 3. Certificado do registro provisório. 4. Pedido pelo caucionante. 5. Não-ocorrência de impugnação	

§ 50. EFICÁCIA SENTENCIAL.....	557
1. Sentença constitutiva integrativa. 2. Ocorrência da impugnação. 3. Garantia prestada	

VI. AÇÃO DE ALIMENTOS PROVISIONAIS

§ 51. NATUREZA DA AÇÃO	560
1. Alimentos e cautelaridade. 2. Alimentos e medida cautelar. 3. Prisão e obrigação de prestação de alimentos. 4. Conceito	

VII. AÇÃO CAUTELAR DE ARROLAMENTO E DESCRIÇÃO DE BENS

§ 52. CONCEITO E NATUREZA.....	565
1. Arrolamento e descrição de bens. 2. Andamento preparatório. 3. Seqüestro	

CAPÍTULO IV

AÇÕES CAUTELARES EXECUTIVAS
I. AÇÃO DE OBRA DE CONSERVAÇÃO

§ 53. NATUREZA E LEGITIMAÇÃO ATIVA	569
1. Medidas cautelares de conservação de bens. 2. Legitimação ativa. 3. Ação de vedação de reparos, benfeitorias ou alterações ou colheita	

II. AÇÃO DE ENTREGA CAUTELAR DE BENS PRÓPRIOS DO AUTOR

§ 54. PRECISÕES E CABIMENTO	571
1. Ação cautelar de entrega de bens. 2. Eficácia sentencial	
§ 55. OUTRAS AÇÕES DE FORÇA EXECUTIVA.....	572
1. Ações cautelares similares. 2. Ação de nunciação de obra nova	

CAPÍTULO V

MEDIDAS CAUTELARES PREPARATÓRIAS E ACESSÓRIAS

§ 56. PREPARATORIEDADE DAS MEDIDAS	575
1. Cautelaridade e preparatoriedade. 2. Eficácia e preparatoriedade. 3. Petição e atos processuais iniciais. 4. Ações cautelares não-acessórias. 5. Perda de eficácia da ação cautelar preparatória. 6. Contagem do prazo	

CAPÍTULO VI

PROCEDIMENTO DAS MEDIDAS CAUTELARES

§ 57. PEDIDO E ATOS PROCESSUAIS	583
1. Breves referências. 2. Ação cautelar pendente a lide. 3. Pendências da lide e eficácia. 4. Modificação e revogação da medida cautelar. 5. Completamento da cognição inicial. 6. Terminação anormal da relação jurídica processual. 7. Suspensão do processo e outras circunstâncias. 8. Direito anterior e direito vigente. 9. Novo pedido após indeferimento. 10. Revogação da medida e readmissão	

§ 58. EFICÁCIA DA DECISÃO FAVORÁVEL	589
1. Eficácia da medida cautelar. 2. Cessação de eficácia de pleno direito. 3. Responsabilidade do autor. 4. Execução provisória não é medida cautelar	